

A CRÍTICA À DITADURA MILITAR ATRAVÉS DO REALISMO FANTÁSTICO NA OBRA “INCIDENTE EM ANTARES”, DE ERICO VERISSIMO¹

THE CRITIQUE TO THE MILITARY DICTATORSHIP THROUGH THE MAGICAL REALISM IN THE WORK “INCIDENTE EM ANTARES” BY THE WRITER ERICO VERISSIMO

Franciele Vieira Gomes² e Liane Batistela Kist³

RESUMO

Objetiva-se, por meio deste artigo, investigar a crítica à ditadura militar através do realismo fantástico na obra “Incidente em Antares”, do escritor Erico Verissimo. O realismo fantástico é conhecido, na literatura especializada, como um recurso propulsor de críticas sociais. Na obra em questão, analisa-se a presença do realismo fantástico, em especial, na passagem em que os personagens mortos saem de seus esquifes e se deslocam para o coreto da praça da cidade de Antares a fim de acertarem suas contas com os vivos e suas possíveis relações com críticas do autor à ditadura militar dos anos 60 no Brasil. A fundamentação teórica, para a presente discussão, baseia-se em estudos de Chiampi (1980), Todorov (1975), Chiavenato (2001), entre outros. Entre os resultados encontrados, pode-se citar uma forte relação entre os fatores que geraram o “incidente” em si e alguns fatos ocorridos durante a ditadura militar.

Palavras-chave: anos 1960, crítica social, Literatura Brasileira.

ABSTRACT

The objective of this article is to investigate the critique to the military dictatorship through the magical realism in the work “Incidente em Antares” by the writer Erico Verissimo. Magical realism is known in the literature as a propellant resource to social criticism. In the work in focus, we analyze the presence of magical realism, mainly in the page where the dead characters leave their skiffs and move to the bandstand of the square of the city of Antares in order to settle with the living ones and its relation with the author criticism to the military dictatorship of the 60’s in Brazil. The theoretical basis for this discussion is based on studies by Chiampi (1980), Todorov (1975), Chiavenato (2001), among others. Among the results, we can mention a strong relation between the factors that generated the “incident” itself and some previous facts during the military dictatorship.

Keywords: Brazilian Literature, the 1960’s, social criticism.

¹ Trabalho oriundo do Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do curso de Letras - Português - Centro Universitário Franciscano.

³ Orientadora. Docente - Centro Universitário Franciscano. E-mail: lianekist@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo, investiga-se o realismo fantástico na obra “Incidente em Antares”, do escritor Erico Verissimo. Analisa-se, em especial, como o realismo fantástico se destaca na obra “Incidente em Antares” e qual é a relação dela com o momento político em que foi produzida. O livro possui elementos históricos e ficcionais, porém se alimenta da história, em grande parte, para a construção de sua ficção. Assim, é notável como, em sua obra, por meio do enredo trabalhado com fatos da história recente do Brasil e de fatos da ficção, aos quais se alinham acontecimentos sobrenaturais, Erico Verissimo tece um retrato da situação social e política do Brasil (CHAVES, 1976, p. 150).

Erico Verissimo nasceu em Cruz Alta (RS), em 1905, e faleceu em Porto Alegre (RS), em 1975. Pertence à geração cuja estreia literária ocorreu em 1930, período do neorrealismo brasileiro, que colocou em circulação uma literatura de temática social acentuada. Herdeiro da revolução ideológica e estética deflagrada pelo modernismo a partir de 1922, o chamado romance de 30 empreendeu o reconhecimento do espaço social brasileiro por meio de documentação, da incorporação de tipos característicos, da aceitação dos falares regionais ou da denúncia política.

Sua obra, entretanto, divide-se em três momentos distintos, e a primeira fase destaca-se pelo registro do cotidiano da vida urbana em Porto Alegre. Nesse período, encontram-se as obras “Música ao longe”, “Um Lugar ao sol”, “Olhai os lírios do campo” e “Clarissa”. Já a segunda fase é caracterizada pelo romance histórico, em que o autor descreve a formação do Rio Grande do Sul na obra “O tempo e o Vento”. A referida obra se trata de uma coletânea dividida em três partes, totalizando sete volumes, quais sejam: O continente I e II (1949), O retrato I e II (1951) e O Arquipélago I, II e III (1961). Por fim, em sua terceira fase, Erico aborda temas políticos e de engajamento social. Nesse período, escreveu: “O prisioneiro”, “O senhor embaixador” e “Incidente em Antares”. Nesse contexto, Erico Verissimo é um dos autores mais representativos da literatura brasileira no século XX. Na terceira fase de sua obra, considerada de cunho social, ele busca refletir sobre a realidade da sociedade brasileira de sua época. Em “Incidente em Antares”, o autor sobrepõe elementos históricos e ficcionais em uma narrativa crítica, desenhada por meio do realismo fantástico (BORDINI, 2006).

No que diz respeito a estudos anteriores, vários trabalhos acadêmicos têm sido escritos sobre o realismo fantástico em “Incidente em Antares”, de Erico Verissimo, nas últimas décadas (SILVA, 2005; MACHADO, 2010; LOPES, 2014). Isso mostra a relevância da análise dessa temática, em especial, no que diz respeito à relação dela com a ditadura militar brasileira. Nesse sentido, a contribuição desse trabalho reside no fato de acrescentar elementos a essas discussões, sobretudo, por meio da situação vivenciada pelos personagens insepultos e suas relações com o momento social e político no qual o país estava imerso.

O REALISMO FANTÁSTICO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

O realismo fantástico ou maravilhoso é uma escola literária surgida no século XX, também podendo ser denominada literatura fantástica ou literatura maravilhosa. É entendido como um recurso literário e discutido por muitos autores, como o búlgaro Todorov (1975) e a brasileira Chiampi (1980).

Para Todorov (1975), a literatura fantástica é uma variedade da literatura geral. Esse autor pontua que o fantástico é a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a acontecimentos aparentemente sobrenaturais. O fantástico é definido em relação com o real e com o imaginário. Conforme Todorov (1975, p. 32), o caráter diferencial desse tipo de literatura oscila entre o estranho e o maravilhoso, ou seja, o gênero se define sempre em relação aos gêneros vizinhos.

Nessa visão, segundo Todorov (1975, p. 31), o fantástico necessita do real. É a partir do real que ele surge, por intermédio de acontecimentos incapazes de serem realidades: “O fantástico implica, pois, na integração do leitor com o mundo dos personagens; define-se pela percepção ambígua que o próprio leitor tem dos acontecimentos relatados” (TODOROV, 1975, p. 37).

Ainda, de acordo com o autor búlgaro, o critério do fantástico não se situa na obra, porém na experiência particular do leitor, e essa experiência deve ser de medo. “A atmosfera é a coisa mais importante pois o critério definitivo de autenticidade [do fantástico] não é a estrutura da intriga, mas criação de uma impressão específica” (TODOROV, 1975, p. 40).

Quanto aos temas, essa literatura se encontra em relação de contiguidade com os estudos dos temas literários em geral. Por fim, Todorov (1975) defende que é necessário também distinguir a função literária e a função social do sobrenatural.

Podemos duvidar de que acontecimentos sobrenaturais não passam de pretextos, mas há certamente uma parte de verdade nesta afirmação: o fantástico permite franquear certos limites inacessíveis quando a ele não se recorre (TODOROV, 1975, p. 167).

Em outras palavras, na função social, é comum o leitor ficar em dúvida quanto aos fatos sobrenaturais. Esses poderão parecer um motivo para usar o fantástico sem se ser penalizado por deixar explícita a crítica na obra. O fantástico é uma arma de combate contra formas de censurar por tratar de temas tabus. Na função literária, Todorov (1975, p. 85) destaca alguns pontos importantes para a identificação do fantástico. Como forma de ilustrar com mais clareza a ideia de espaço, ele apresenta três funções:

Uma função pragmática: o sobrenatural emociona, assusta ou simplesmente mantém em suspense o leitor. Uma função semântica: o sobrenatural constitui sua própria manifestação, é uma autodesignação. Enfim, uma função sintática: ele entra, dissemos, no desenvolvimento da narrativa. Esta terceira função está ligada, mais diretamente do que as duas outras, à totalidade da obra literária (TODOROV, 1975, p. 171).

Por outro lado, para Chiampi (1980, p. 21), o “termo realismo mágico preocupa-se em descrever um novo olhar do narrador diante do real”. O lúdico, o paródico e o questionamento sistemático do gênero estão entre as soluções mais formais e mais frequentes do realismo mágico. Na concepção da autora,

Se bem inclui-se entre os fatores de nossa preferência pelo termo realismo maravilhoso o reconhecimento da prática teórica e literária de Carpentier, adaptando sua noção referencial do “real maravilhoso americano”, nossa opção deve-se, antes de tudo, ao desejo de situar o problema no âmbito específico da investigação literária. Maravilhoso é termo já consagrado pela poética e pelos estudos crítico-literários em geral, e se presta à relação estrutural com outros tipos de discurso (o fantástico, o realista). Mágico, ao contrário, é termo tomado de outra série cultural e acoplá-lo a realismo implicaria ora uma teorização de ordem fenomenológica (a “atitude do narrador”), ora de ordem conteudística (magia como tema)” (CHIAMPI, 1980, p. 43).

Chiampi define o maravilhoso como extraordinário, insólito, que escapa do curso ordinário das coisas e do humano. É o que contém a *maravilha*, do latim *mirabilia*, ou seja, “coisas admiráveis” - belas ou execráveis, boas ou horríveis - (CHIAMPI, 1980, p. 49). O maravilhoso difere, desse modo, radicalmente do humano: é tudo produzido pela intervenção dos seres sobrenaturais, não possui explicação racional. Ele é, na criação literária, a intervenção dos seres sobrenaturais, divinos ou lendários na ação narrativa ou dramática. Tais seres são identificados, muitas vezes, por meio de efeitos, no ouvinte ou leitor, como admiração, surpresa, espanto, medo (CHIAMPI, 1980, p. 49).

Chiampi (1980, p. 43) não pretende estabelecer um modelo rígido e absoluto, aplicável sem restrições. Isso não impede que o fantástico se manifeste em outros textos, mas é necessário que contenha um vestígio mínimo de seus princípios. A autora ainda informa que “o fantástico e o realismo maravilhoso compartilham muitos traços, como a problematização da racionalidade, a crítica implícita à leitura romanesca tradicional, jogo verbal para obter a credibilidade do leitor” (1980, p. 52).

Assim como Todorov (1975), Chiampi (1980, p. 53) define o fantástico pelo princípio psicológico. Isso garante a percepção do estético, “é fundamental produzir no leitor uma inquietação física (medo e variantes), através de uma inquietação intelectual (dúvida)”. Outro ponto importante, o qual ela ressalta, é que toda narrativa fantástica possui a falsidade lúdica que é sustentada pela motivação realista, cuja mediação assegura o efeito chocante que o insólito provoca num universo reconhecível, familiar e estruturado.

Em “Incidente em Antares”, em especial, Erico Verissimo “busca, através de uma fábula macabra, sua interpretação da sociedade brasileira num momento crucial, assinalado pelo cerceamento à liberdade de expressão” (CHAVES, 2001, p. 186). Chaves destaca que a obra se desdobra por diferentes etapas durante um período de quarenta anos, sempre mantendo a realidade social contemporânea como pano de fundo.

Conforme Chaves (2001, p. 148), “somente os mortos investidos de uma moral concedida pela própria morte, veem e revelam o miolo apodrecido da coletividade”. O recurso do fantástico,

na obra, não faz senão acentuar o caráter realista da narrativa. “Eles são os únicos que, por estarem na situação privilegiada de quem já abandonou definitivamente a cidade, justamente por isso podem enxergar todas as mazelas e, mais ainda, verbalizá-las sem qualquer ordem de limitações” (CHAVES, 2001, p. 149). Esse estudioso ainda explicita que considerou importante esta definição da atitude ideológica de Erico Verissimo: “uma trágica certeza da falência do liberalismo como possibilidade de ação política e como “solução” para a problemática das personagens.”

A OBRA “INCIDENTE EM ANTARES”

“Incidente em Antares” foi o último livro escrito pelo escritor gaúcho. Foi publicado em 1970, período em que o Brasil estava vivendo momentos de medo com o sequestro de políticos, cônsules e de pessoas que eram contra a ditadura militar. Em termos estruturais, a obra possui duas partes, contendo, no total, 181 capítulos, sendo 79 capítulos sobre a história intitulada “Antares”, que narra a trajetória da construção da cidade de Antares. Intitulada “Incidente”, contendo 101 capítulos, a segunda parte narra a história de sete pessoas que morrem enquanto a cidade estava em greve geral.

A primeira parte do livro inicia com a caracterização de Antares, conhecida, inicialmente, como povinho da caveira, a qual, depois, ganhou a condição de vila até chegar ao título de cidade. Antares se tornou disputa de terras e de domínio financeiro, a qual durou sete decênios. Nesses capítulos, é narrada a história da disputa de duas famílias: os Campolargos e os Vacarianos. A localidade era considerada uma cidade de médio porte, às margens do rio Uruguai, perto de São Borja. A primeira parte é uma verdadeira história da infâmia. Nela, é narrado desde o pleistoceno (época do período quaternário da era cenozoica) e a história política do Brasil até a ditadura militar de 1964. Em “Incidente em Antares”, porém, o autor não trata da ditadura no Brasil diretamente, ele utiliza meios que permitem driblar a censura em pleno período ditatorial.

Na segunda parte, são tratados os insepultos, os mortos que saem de seus esquifes para pedir que sejam enterrados com dignidade. Esses, indignados com a situação, resolvem se reunir no coreto da praça e acertar as contas com os vivos. Passam a bisbilhotar e infernizar a vida dos familiares e, dessa maneira, enquanto ninguém os enterra, começam a pestear o ar da cidade com sua podridão.

Nesse momento da obra, a história é narrada por meio de diálogos entre os vivos e os mortos, por meio das reportagens do jornalista Lucas Faia, do diário do padre Pedro Paulo e do jornal íntimo do professor Martim Francisco Terra, autor de um artigo científico da cidade no livro “Anatomia duma cidade gaúcha de fronteira”.

Enquanto Antares estava vivendo o momento mais crítico de sua história, além de uma greve geral, presenciou a morte de sete cidadãos antarenses, alguns conhecidos e com prestígio; outros quase indigentes, que não puderam ser sepultados em razão da paralisação dos coveiros: Quitéria Campolargo, Cícero Branco, Barcelona, Maestro Menandro, Erotildes, João Paz e Pudim de Cachaça.

A cidade cheirava a podre, quando os cadáveres, já em decomposição, deslocam-se para o coreto da praça e fazem um protesto para serem enterrados com dignidade. A praça, lotada de curiosos, aguarda pelo pronunciamento dos defuntos. O advogado, Dr. Cícero, um dos insepultos, decide, então, começar a falar com a multidão que se aglomerava próximo ao coreto:

- Hipócritas!, Impostores!, Simuladores! Eis o que sois...A vida mais que nunca me parece um baile de máscaras. Ninguém usa (nem mesmo conhece direito) a sua face natural. Tendes um disfarce para cada ocasião. Cada um de vós selecionou sua fantasia para a grande festa (VERISSIMO, 1970, p. 349).

O advogado, o qual já não precisava mais esconder o que pensava sobre a alta sociedade Antarense, então, confessa que também já usou muitas máscaras e que se utilizou de muitas mentiras, aceitou imposturas e simulações dos outros “mascarados” para que eles aceitassem as dele. O advogado continua as suas acusações sem medo, uma vez que declara que está morto e decomposto e, em decorrência disso, ousa falar certas coisas: “Será que a verdade fede e é só a mentira que se evolam os doces perfumes da vida? Será que o famoso poço da lenda, em cujo fundo se esconde a verdade, é feito de lodo e podridão?” (VERISSIMO, 1970, p. 351). Ao declarar tudo, Dr. Cícero ainda acusa o coronel Tibério Vacariano e o major Vivaldino Brasão, homens que tinham muito prestígio na cidade: “Eu acuso o coronel e o major Vivaldino Brasão de peculato e enriquecimento ilícito à custa dos cofres públicos!” (VERISSIMO, 1970, p. 353).

Cícero prossegue com as acusações contra o coronel e o major, informando a todos os presentes que, juntos, os três, lesaram incontáveis viúvas, órfãos; participaram de desapropriações de terras e prédios; protegeram assassinos e contrabandistas e se beneficiaram política e economicamente.

Diante das acusações de Cícero Branco, Tibério Vacariano se vira para Quitéria, pedindo que conte a todos os presentes, na praça, que o advogado está fazendo intriga contra ele. Entretanto, Quitéria Campolargo informa que ela não pertence mais ao mundo dos vivos e que agora não existe mais entendimento possível. Quita, como era conhecida pelos mais íntimos, desabafa a respeito do que vivenciou pela manhã, em sua casa, e ainda argumenta:

Hoje em dia as pessoas prezam mais pelos objetos do que os seres humanos. [...] e que se habitue à idéia de um dia passar para o nosso lado e ser completamente esquecida pelos filhos, filhas, netos, sobrinhos, genros.... E tu também toma nota no que vou dizer. Os moços não só esperam que os velhos morram, como até desejam que isso aconteça o mais depressa possível. É uma lei da vida. Assim, para as pessoas de idade como nós, morrer não é apenas uma fatalidade biológica como também uma obrigação social (VERISSIMO, 1970, p. 363).

Grande parte das pessoas que assistiram ao discurso de Quitéria a aplaudiram e clamaram seu nome. Barcelona, nesse momento, levanta ao mesmo tempo em que o advogado volta ao seu assento. O sapateiro, então, resolve começar seu discurso:

- Não me apresento - diz o sapateiro - porque nesta cidade todo mundo me conhece, até os gatos e os cachorros. O que vou dizer é pouco, mas vale a pena ser ouvido. Sou anarcossindicalista convicto e detesto o sistema capitalista explorador e desumano. No meu tempo de vivo ficava furioso toda vez que o cretino do delegado Inocêncio Pigarço me confundia com os comunistas, esses piolhos de Karl Marx, essas lombrigas de Lênin. [...] - Da minha banca de sapateiro, através da minha porta, eu a bem dizer espiava a cidade. Muita gente durante o dia vinha conversar comigo, me contar novidades, de modo que assim eu estava a par de toda a vida de Antares, tanto da pública como da secreta.

- Não sou nenhum moralista. Não penso como os “pilares” da sociedade burguesa que localizam a moral entre as pernas das pessoas. Para mim existe outra moral mais alta, que é a social, a responsabilidade do homem com o homem. Acho que cada criatura humana pode fazer o que entender com o seu corpo e o seu sexo. [...] Mas se há coisa que não agüento são os fariseus, os falsos moralistas, os que têm uma moral sexual para uso externo, da boca pra fora, e outra para seu próprio uso particular e secreto. Nossa cidade está cheia desses sepulcros caiados de que falam as Escrituras, santarrões que estão sempre prontos a condenar o próximo por faltas que eles próprios cometem às escondidas (VERISSIMO, 1970, p. 364).

Barcelona é interrompido pelo Dr. Cícero, o qual, em voz alta, informa, a todas as pessoas que estão na praça, que a próxima a falar é a prostituta Erotildes. Nesse momento, o promotor público protesta, afirmando que ninguém está interessado em saber o que a “decaída” vai dizer. Do fundo do coreto, a defunta caminha até junto de Barcelona, ajeitando seus cabelos, pisando com ar faceiro, alisando sua mortalha com as palmas das mãos.

Tinha quinze anos quando meu padrasto se passou comigo. Não houve nada, mas minha mãe, muito ciumenta, me botou pra fora de casa e então eu vim pra cidade. Como não sabia ler e não queria ser copeira ou cozinheira nem pedir esmola, caí na vida. Fui pra cama com o primeiro homem que me prometeu dinheiro...

- E você se lembra de quem foi esse homem?

- Naturalmente.

- Ele está nesta praça? Você o enxerga aqui no coreto?

[...] - O comendador Leoverildo!_ Exclama alguém. - Impossível! Mentira!

- Esse mesmo. Me levou pra casa dele. Tudo aconteceu na cama do casal. A esposa do comendador estava na estância com o resto da família. Por sinal foi numa sexta-feira Santa. O ano? Deixem ver... 1926?...1927? Por aí...

Na placa de bronze, embutida na coluna que sustenta o busto, lê-se em caracteres salientes: *Ao humanitário comendador Leoverildo Grave, digníssimo chefe de família, cidadão benemérito, exemplo para os pósteros- a cidade agradecida.* [...] Da massa conservadora partem gritos coléricos de protesto. [...] Barcelona volta-se para Erotildes:

- Me diga uma coisa, menina. Vê alguém mais aqui que andou com você... quero dizer, gente importante?

- Hã-hã. Fui por cinco anos amásia do coronel Vacariano. [...] Quando comecei a ficar velha, ele não me quis mais, me largou e nunca mais me deu um triste vintém.

[...]. Não tive outro remédio senão sair a pescar homens na rua. Ia com qualquer um. [...] Numa noite de agosto apanhei uma chubarada, comecei a tossir, fiquei tísica com um febrão danado e uma dor no peito que respondia nas costas. Daí então me levaram pro hospital que não me lembro direito o nome.

- O Salvator Mundi - esclarece Cícero. - Ala dos indigentes.

- E ela poderia estar viva - acrescenta Barcelona - se o nosso caridoso doutor Lázaro tivesse mandado buscar um certo antibiótico que na época não havia nas farmácias da cidade.

Prometeu isso, mas esqueceu. Afinal de contas, quem é Erotildes de Tal? Que importância pode ter a vida duma “horizontal”? Se tratasse dum cliente importante e pagante, a coisa seria diferente (VERISSIMO, 1970, p. 372).

Após a prostituta contar uma breve história de sua vida, doutor Cícero pede que Erotildes volte para o seu lugar. Cambaleante, Alambique destaca-se de um grupo e exclama: “- Isto é ou não é uma democracia? Se é, que fale também o meu companheiro pudim de cachaça!” (Verissimo, 1970, p. 372). Nesse instante, o advogado chama o cachaceiro e avisa que, se ele tem algo a dizer, que seja breve. De olhos baixos, o homenzinho começa:

- Não vou acusar ninguém. Só quero pedir ao meretrício juiz e ao reverendíssimo promotor que não condenem a minha mulher. Se ela me envenenou (o que ainda não acredito) foi porque sou mesmo um porcaria, não valo nada. Passava o dia sem trabalhar, de noite saía em bebedeiras e serenatas (não é mesmo, Alambique?). E quando voltava pra casa de madrugada ainda batia na pobre da Natalina. Povo de Antares, ajudem a absorver a minha mulher! Era só o que eu tinha a dizer (VERISSIMO, 1970, p. 372).

Cícero, então, dirige-se ao povo:

- Senhores, um momento! A testemunha mais importante ainda não depôs. - Volta-se para trás e diz: Cidadão João Paz, Chegou a sua vez!

Arrastando uma perna, Joãozinho aproxima-se do advogado que começa a falar.

- Num certo dia deste mesmo dezembro João Paz foi preso sob falsa acusação de estar treinando secretamente na nossa cidade um bando de dez guerrilheiros esquerdistas do qual ele era supostamente o chefe. Sua prisão foi efetuada de maneira mais irregular. João Paz foi levado para o famoso porão da nossa delegacia onde se processam os interrogatórios mais brutais. Inocêncio Pigarço fez perguntas ao prisioneiro, ordenou-lhe que dissesse o nome dos outros dez “membros do grupo”. Joãozinho negou-se a isso porque nada sabia, pois tal grupo não existe em Antares! Inocêncio Pigarço entregou o “subversivo” aos cuidados de seu “especialista” em interrogatórios, o famigerado Boquinha de ouro... que deve estar em algum lugar desta praça e que espero que esteja me ouvindo.

[...] Acho que todos aqui poderão ver estas manchas arredondadas na cara e nas mãos de João Paz... Pois foram produzidas por pontas de cigarros acesos, na primeira fase do interrogatório... coisa leve, digamos... uma espécie de bate bola inicial...

- Joãozinho aguentou tudo firme - torna a falar o advogado- e não pronunciou um nome sequer. O Boquinha de Ouro perguntava: “Quem são os outros dez? Vamos!” E o prisioneiro respondia: “Não sei”. Os carrascos passaram então à segunda fase do interrogatório. Dois brutamontes puseram-se a bater em Joãozinho, aplicando-lhe socos e pontapés no rosto, na boca do estômago e nos testículos...

[...] - Estão vendo esse olho quase fora de órbita? - pergunta Cícero Branco. - Parece um ovo de codorna... sim, e esse sangue coagulado que tem por cima lembra ketchup seco..., as pálpebras e a pele ao redor dos olhos lembram uma folha de repolho roxo. É um excelente processo mnemônico e plástico (sinistra natureza morta) para não esquecer as crueldades de nossa política (VERISSIMO, 1970, p. 374-378).

Após tanta acusação, o povo começa a se dispersar e, em menos de dez minutos, a praça está deserta, restando somente os mortos e os urubus.

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O GOLPE DE 1964

A despeito da ficção de Erico Verissimo, a década de 1960 tornou-se uma das mais violentas para a história do Brasil. Para muitos historiadores, agosto de 1961 foi o marco inicial de duas décadas de sofrimento, de tortura e de opressão, tudo causado pelo golpe militar. A renúncia do presidente Jânio Quadros, há apenas sete meses no poder, gerou perplexidade e decepção no povo brasileiro. A atmosfera política no Brasil, no início de 1964, era de grande agitação entre militares, empresários e políticos, que queriam se livrar do governo de João Goulart, o qual chegara à presidência da república após a surpreendente renúncia de Jânio Quadros (CHIAVENATO, 2001).

João Goulart negociou sua posse, que ocorreu no dia 07 de setembro de 1961. Jango assumiu a presidência com os poderes castrados por uma emenda parlamentar. Os setores conservadores passaram a acusar o governo de Goulart de incompetência e de aproximação perigosa com os movimentos populares, que o pressionavam. Para os conservadores, era preciso conter o crescimento de movimentos sociais reformistas e nacionalistas. Essa ameaça estava se tornando uma realidade e era urgente contê-la por meio de um golpe preventivo (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004).

Contra os primeiros prognósticos, porém, que imaginavam uma vitória rápida, o golpe não prosperou. Foi contido pelo movimento de resistência democrática liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que era cunhado e correligionário de Jango. Agindo com coragem e determinação, Brizola alertou e mobilizou a população de Porto Alegre (RS), formou a *Rede da legalidade*, que servia como uma cadeia nacional de comunicação, juntamente com o general Machado Lopes, comandante do terceiro exército brasileiro, localizado no sul do Brasil, a lutar contra o golpe de agosto de 1961 (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004).

Nos primeiros meses de 1964, a direita, que foi derrotada pela defesa da legalidade, em 1961, articulou-se e ganhou apoio da igreja católica, que, em sua grande maioria, adotou posições de resistência às reformas e aos movimentos que as defendiam⁴.

Em 31 de março de 1964, os generais da ditadura militar apossaram-se do poder, fazendo com que a opinião pública internacional deixasse de enxergar o Brasil como o país do futebol ou como um paraíso tropical. O golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira e grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da igreja católica, de vários governadores de estado importantes, bem como aplaudido pelos amplos setores de classe média, os quais pediram e estimularam a intervenção militar (GUISONI, 2014).

No dia 02 de abril de 1964, o presidente do Brasil, João Goulart, saiu do país e se exilou no Uruguai, onde morou por doze anos, saindo de lá para morar na sua fazenda, em Mercedes, na Argentina, até a data de seu falecimento, em 1976, vítima de complicações cardíacas. Jango foi enter-

⁴ Logo após o golpe militar de março de 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) abençoou os vitoriosos, embora existissem grupos dissidentes, como, por exemplo, o da “Teologia da Libertação”, o qual fez oposição ao golpe militar.

rado em São Borja (RS), sua cidade natal (CHIAVENATO, 2001).

Nesse período, o terror implantou-se dentro do país. Durante ele, ouviam-se notícias de torturas e de prisões de muitos estudantes, operários, políticos, artistas, entre outros.

Desde abril de 64, os generais fascistas mostraram suas garras, transformando as cassações e prisões políticas em rotina, ao mesmo tempo, surgiram os primeiros casos de tortura e assassinatos. Como se isso não bastasse para conter a revolta popular, eles foram aos poucos transformando também as torturas em atividades cotidianas. [...]. Os assassinos do regime têm desenvolvidos métodos mais hipócritas para disfarçar seus crimes. [...] estão sendo formados em todos os estados os CODIs (centro de operações de defesa interna). São organismos repressivos dotados de poderes especiais e constituídos com os agentes mais sanguinários dos vários serviços secretos (GUISONI, 2014, p. 10).

Segundo Guisoni (2014), as ações de tortura e assassinatos foram realizadas desde que a ditadura militar teve início no Brasil. A revolta do povo não impediu que os generais praticassem os referidos atos. Os revolucionários que eram contra a ditadura desapareciam repentinamente das prisões, ou de suas casas, sem deixar vestígios. Os militares não abriram mão do jogo político, alteravam resultados de votações no congresso ou “compensavam” as derrotas nas urnas. E faziam tudo em nome da democracia. Essa palavra talvez tenha sido a mais usada pelos militares em seus discursos. Em nome da democracia, fechou-se o congresso, e os parlamentares sofreram cassação (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004).

Com o intuito de legitimar a ditadura, os militares criaram sua própria jurisprudência a partir dos Atos institucionais, os quais começaram com o AI-1 e tiveram seu término com o AI-5. O ato institucional nº1, de 09 de abril de 1964, afastou qualquer possibilidade de o povo influenciar no destino da política brasileira. Ainda, garantiu a escolha do general Castelo Branco para presidente da república. O AI-1 foi o primeiro golpe repressivo oficial da ditadura militar no Brasil. Em outubro de 1965, editou-se o AI-2 e, a partir dele, foi permitido que somente dois partidos políticos, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) fizessem o papel de situação e de oposição (CHIAVENATO, 2001).

Em fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº 3 ampliou o controle político e restringiu ainda mais o direito ao voto popular. As eleições indiretas faziam parte do AI-3 e, em março de 1967, Costa e Silva se tornou presidente do Brasil, cassando mais seis deputados federais. Em seu governo, decretou uma nova constituição e promulgou a Lei de segurança nacional, que tornava todos os cidadãos suspeitos. A violência repressiva, porém, não anulou a capacidade de resistência popular, de luta clandestina, de existência de greves e de manifestações de estudantes e de fábricas (CHIAVENATO, 2001).

O AI-4, em 12 de dezembro de 1966, convocou todo o Congresso Nacional, em sessão extraordinária, para votar, discutir e promulgar uma nova constituição, em ritmo de trabalho acelerado. Sem dúvida, a urgência da ação seria fundamental para que tais leis fossem discutidas sem o devido

cuidado. Até que os trabalhos fossem encerrados, no dia 24 de janeiro de 1967, o Executivo tinha amplos poderes para legislar autonomamente sobre qualquer tópico que envolvesse a segurança, as finanças e a administração do país. Em 15 de março, a Constituição de 1967 entrava em vigor junto com o mandato do presidente eleito, Costa e Silva, o qual considerou a inédita carta “moderna, viva e adequada” aos interesses do país. O próprio fato de a constituição ter sido aprovada, em poucas semanas, demonstra que a ação legitimadora dos membros do legislativo em nada tinha a ver com o debate de uma constituição democrática ou comprometida com o interesse das maiorias. Os militares deixavam de impor as mudanças de uma “revolução”, para, então, apenas cumprirem as “normas” do sistema instituído (CHIAVENATO, 2001).

O AI-5 surgiu com o objetivo de inibir as greves de metalúrgicos, conter as manifestações estudantis e anular a crescente militância dos trabalhadores. Estava pronto desde julho de 1968, aguardando um pretexto para ser assinado. O pretexto foi o discurso do deputado Márcio Moreira Alves na câmara, o qual criticou os militares e sugeriu o boicote às comemorações do dia da Independência. O deputado, no entanto, não foi punido, já que o congresso considerou que tinha feito um pronunciamento normal (CHIAVENATO, 2001).

No dia 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva assinou o AI-5, o congresso fechou as portas e, ao contrário de outros atos, esse não tinha “prazo de validade”. No total, mais de 69 deputados foram cassados. O AI-5 conferiu tantos poderes ao presidente que aumentou a repressão e a censura à imprensa (CHIAVENATO, 2001).

A opressão, a injustiça e a exploração, que sempre existiram, voltaram a crescer. Prisões cassações de mandatos e de direitos políticos, torturas, assassinatos, suspensão dos mais elementares direitos conquistados pelos homens através do tempo, tudo isso virou rotina. Forças populares haviam voltado a se manifestar de modo mais ativo nos primeiros anos da década de 60. Esse avanço crescente das massas atemorizou os imperialistas norte-americanos, os grandes burgueses entreguistas e latifundiários, que viram seus privilégios ameaçados. Eles sentiam a necessidade de adotar certas medidas econômicas para garantir e aumentar a exploração das grandes massas do povo Brasileiro. Assim, apoiados por elementos reacionários das forças armadas e agitando a bandeira do “perigo comunista” para enganar alguns setores do povo mais desprevenido, essas classes dominantes dirigiram o golpe militar que colocou no poder a mais sangrenta ditadura que nossa pátria já viu. Uma ditadura militar de traição nacional, montada para oprimir cruelmente o povo brasileiro e servir aos interesses do imperialismo norte americano e de seus aliados internos (GUISSONI, 2004, p. 28).

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva faleceu. De acordo com a versão oficial, uma trombose o vitimou. O fato é que a morte dele seguiu-se de um golpe em que três ministros militares tomaram o poder. Criaram-se as penas de morte e de banimento, reabriu-se o congresso para que ele aprovasse o novo ditador: o presidente Garrastazu Médice e desse, ao presidente, poderes para a aplicação da Lei de segurança nacional. Médice inaugurou o período mais duro da repressão (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004).

Em 1973, o país já havia retornado ao desenvolvimento econômico conhecido como *milagre brasileiro*, o que gerou contentamento e euforia juntamente com o tri-campeonato mundial de futebol, o qual contribuiu para a recuperação da autoestima nacional. A ditadura possuía altos índices de aceitação nacional. Com o slogan “*Brasil, ame ou deixe-o*”, as forças de direita e de centro, que sustentaram a intervenção militar, estavam satisfeitas com o progresso material, eram os *anos de ouro* para os que se beneficiaram da ditadura (CHIAVENATO, 2001).

Em 1973, o Brasil lança um novo nome para presidente da república, Ernesto Geisel, que toma posse em 15 de março de 1974. Nesse contexto, o partido de oposição, MDB, ganha resultados expressivos nas eleições para o congresso Nacional, conquistando 16 cadeiras no senado e 160 câmaras (CHIAVENATO, 2001).

Já em abril de 1977, foi decretado um recesso de 14 dias no congresso nacional. Nesse período, o presidente Geisel editou algumas medidas conhecidas como o “Pacote de Abril”, anunciando medidas de “arrocho” na economia, indispensáveis para a redução da inflação e do endividamento externo. O temor de que as reações sociais, às restrições econômicas, fossem exploradas politicamente, pôde explicar a retransa do governo no campo político (CHIAVENATO, 2001).

Ou seja, o milagre econômico que o povo brasileiro acreditava começou a mostrar a sua verdadeira face, tornando a população apreensiva com esse pacote criado pelo presidente da república. Para substituir o presidente Ernesto Geisel, a Arena homologa João Figueiredo para presidência da República. Em 13 de outubro de 1978, foi escrita a Emenda Constitucional nº11, que criou “medidas de emergência” e o “estado de emergência”. Mais tarde, no dia 01 de janeiro de 1978, foi extinto o AI-5, considerado um dos mais violentos que existiram na ditadura militar. No mesmo ano, toma posse o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (CHIAVENATO, 2001).

Em 1979, o Brasil vivia a generalização de greves em várias categorias, como, por exemplo, a greve dos metalúrgicos em São Paulo e dos bancários, o que gerou intervenção do Ministério do trabalho em sindicatos. O congresso aprovou a lei da anistia, o que trouxe esperança para as famílias de exilados. O Brasil ganhou um novo presidente, o general João Batista Figueiredo, que seria o último da linha dos militares (HABERT, 1992).

Na década de 80, o Brasil ainda vivia a ditadura militar, porém o presidente Ernesto Geisel já apontava para a criação de condições de uma abertura política “lenta, gradual e segura”. Ao longo da década, o povo pressionava por eleições, o que resultou no movimento “Diretas Já”. O congresso, no entanto, ainda era controlado pelo governo, que decidia quem poderia governar o país, mesmo que, indiretamente, um presidente fosse eleito.

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito de forma indireta, porém faleceu um dia antes de assumir a presidência da república, deixando seu vice, José Sarney, como novo presidente da República. Em 1988, foi aprovada uma nova constituição para o Brasil. Essa, por fim, estabeleceu os princípios democráticos, apagando os rastros da ditadura militar (GUISONI, 2014).

OS PERSONAGENS INSEPULTOS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Para responder ao tema de pesquisa proposto, sobre a crítica à ditadura militar através do realismo fantástico, na obra “Incidente em Antares”, do escritor Erico Verissimo, tomou-se, como referência, a perspectiva da função social do realismo fantástico proposta por Todorov (1975), em que os acontecimentos sobrenaturais não passam de pretextos para se criticar a realidade; os estudos de Chiampi (1980), os quais ressaltam que toda narrativa fantástica possui a falsidade lúdica que é sustentada pela motivação realista, cuja mediação assegura o efeito chocante que o insólito provoca num universo reconhecível, familiar e estruturado; e, ainda, os escritos a respeito da ditadura militar no Brasil, de Chiavenato (2001).

Com base nesses estudos, iniciou-se a análise das trajetórias histórico-sociais dos sete personagens insepultos na obra e suas possíveis relações com aspectos importantes da ditadura militar no Brasil.

Foi possível observar uma forte relação entre os fatores que geraram o “incidente” em si e alguns fatos ocorridos nesse período da história do país. As relações identificadas seguem organizadas a partir de cada personagem insepulto.

Quitéria pertencia à alta sociedade de Antares, possuía grandes fazendas e era proprietária de terras juntamente com os Vacarianos. Foram as duas famílias que fundaram Antares e, durante séculos, brigaram pela disputa de terras, sem dar importância às classes menos favorecidas e às relações pessoais. Quando ela, depois de morta, foi para o coreto da praça central, acusou as pessoas de valorizarem mais os objetos do que as pessoas.

Essa acusação tecida pela personagem nos permite identificar uma possível crítica do autor com a questão dos militares, que se associaram aos burgueses, nacionais e internacionais, para justificar o golpe em “defesa da ordem e das instituições”, contra o perigo comunista. Ou seja, conforme Habert (1992), o acirramento da luta de classes era o que importava, uma vez que os ricos não queriam dar voz aos pobres.

Cícero Branco, por sua vez, também fazia parte da alta sociedade de Antares, era advogado e trabalhava para o interesse dos que tinham mais dinheiro e poder. Sua acusação foi ter ajudado muitas pessoas importantes, como o prefeito, o coronel e outras pessoas influentes, no enriquecimento ilegal, além de ter ajudado a lesar os cofres públicos.

Quando Erico Verissimo utiliza a figura desse advogado para criticar a sociedade brasileira da época do regime militar, é possível concluir que a burguesia influenciava a política e a economia no Brasil, o que ficou nítido nos períodos de Castelo Branco e no dos generais Médici e Batista Figueiredo. Segundo Reis, Ridenti e Motta (2004), havia suficiente canais pelos quais a burguesia influenciava a política econômica e, sobretudo, com os ministros Campos-Bulhões e Delfim Netto, essa influência se mostrou escandalosa. A ditadura militar levou ao paroxismo a

“via passiva”: repressão e coerção estatal no grau máximo, utilizando todas as formas de conversão da riqueza pública em capital.

Já Barcelona era o sapateiro que via tudo na cidade de Antares, vivia sozinho e era conhecido como “sapateiro comunista”, porém se autodenominava anarcossindicalista convicto e detestava o sistema capitalista, que era explorador e desumano. Nesse sentido, quando Verissimo utiliza a voz do personagem Barcelona para apresentar uma crítica ao sistema, o autor permite observar que, por ser conhecido na cidade como comunista, ele se refere às organizações de esquerdas, as quais, na ditadura, estavam praticamente dizimadas com os seus principais dirigentes mortos. Ou seja, organizações de esquerda estavam, de certo modo, enfraquecidas.

Os governantes da ditadura preferiam que o povo aceitasse o conformismo de se manter em uma sociedade eternamente pobre. Para Chiavenato (2001), o capitalismo sobrevive pela lei do mais forte. Desse modo, naturalmente, os movimentos políticos que sugeriam mudanças, no sistema, sofriam interferência externa.

Menandro, o maestro, era pianista; entretanto, frustrado por não ter conseguido fazer sua grande apresentação no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. Como punição, cortou seus pulsos. Ao descrever o personagem, pode-se inferir que Erico tentou criticar a postura do governo federal, que sabia que sofreria um golpe de estado, mas que foi incapaz de reagir. Isto é, o presidente, em 1964, João Goulart, pouco fez: errou na tática defensiva ou foi incapaz de reagir. Em resumo, a defesa foi tão precária que não considerou sequer os avisos de que o golpe tinha data (CHIAVENATO, 2001, p. 47). O presidente estava convicto de que obteria amplos poderes no congresso. Todavia, ele sabia que as oligarquias se insurgiriam contra ele, mas não acreditava que poderiam tirá-lo do poder: “Nada me acontecerá porque meu dispositivo militar é excelente. Governarei somente com o apoio do povo” (CHIAVENATO, 2001, p. 18).

Prostituta, Erotildes já estava em idade madura e não era mais tão interessante para os homens de Antares. Por isso, acabou se prostituindo na rua e, assim, contraiu tuberculose, o que a levou a óbito por negligência médica. Ao descrever a morte e a acusação de Erotildes, é possível observar que o autor critica o descaso com a alimentação e saúde do povo brasileiro, o qual, durante a ditadura, sofreu com a diminuição progressiva das verbas aplicadas na saúde e caracterizou o regime militar um fato verificável pelos números do próprio governo. Por exemplo, houve uma diminuição progressiva das verbas aplicadas na saúde. Conforme Chiavenato, durante o período da ditadura militar, os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres. Na realidade, os pobres enriqueciam os ricos.

João Paz era um jovem pacifista, que foi preso sob falsa acusação de estar treinando secretamente, em Antares, um bando de dez guerrilheiros esquerdistas do qual ele era, supostamente, o chefe. Ele foi torturado e morto pela polícia da cidade. Quando o autor descreve a maneira da qual João Paz veio a óbito, pode-se concluir que Erico está criticando a repressão policial utilizada durante a ditadura, quando foram empregados vários pretextos para prender, torturar e até matar as pessoas

que poderiam apresentar sinais de que fossem contrárias ao sistema. De acordo com Guisoni, a repressão policial escondeu a prisão, tentando montar mais uma farsa para justificar os assassinatos cometidos (p. 22). Para fazer suas vítimas, não recuou diante dos métodos mais refinados e cruéis, como a tortura lenta, em que a vítima passava horas ou dias sendo torturada por um ou mais torturadores. “As práticas de torturas em nosso país tem sido uma regra e não uma exceção” (GUISONI, 2014).

O autor ainda descreve um jovem que foi preso em 29 de novembro de 1970 e somente foi solto em 11 de fevereiro de 1971. “Aqui mesmo, entre nós, há um jovem - Alberto Vinicius Melo do Nascimento - que foi torturado durante 16 dias”. Foi submetido a espancamentos, pau de arara, choque nos órgãos genitais, nos pés, mãos; teve uma perna quebrada a golpes de cassetete e, sem gesso, ficou assim durante dez dias”.

Por fim, Pudim de cachaça, que pertencia, juntamente com a prostituta Erotildes, à parte marginalizada dos mortos insepultos, foi morto por envenenamento: sua mulher, Natalina, cansada de apanhar, resolveu dar fim à vida do bêbado. Pudim de cachaça, ao saber que fora morto por sua esposa, não pediu justiça. Pediu para que ela fosse “*absorvida*”, pois era uma pessoa decente, que trabalhava e suportava as coisas que ele, o bêbado, aprontava.

Erico Verissimo, ao representar a parte marginalizada da sociedade de Antares, pode ter utilizado, como crítica, a maneira como essa parte da sociedade brasileira era desprezada durante o período da ditadura. Isso pode ser concluído com Chiavenato (2001) na passagem em que pontua que: “Este é um país de miseráveis, favelados, ignorantes e analfabetos”. Essa foi uma declaração feita pelo secretário de segurança de São Paulo, que ilustra o quanto a ditadura militar brasileira simplesmente desprezava a nossa legião de banguelas e de miseráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho se teve, por objetivo, analisar a construção do realismo fantástico presente nos personagens insepultos de Incidente em Antares, do autor Erico Verissimo. Sabe-se que, em 1970, ano da publicação da obra, o Brasil vivia um dos momentos mais difíceis da sua história. A ditadura militar, que começou em 1964 e durou 20 anos, foi cenário de prisões, sequestros, torturas, censuras dos meios de comunicação, entre outros.

Para subsistir à censura, esse autor criou um enredo em que sete cadáveres, que não tinham sido enterrados devido a uma greve dos coveiros, deslocam-se para a praça principal da cidade para criticar os vivos, a política, a economia e a sociedade. Ou seja, os mortos foram o pano de fundo, os mensageiros das críticas políticas do autor.

O realismo fantástico, traduzido pela existência material de personagens mortos que continuaram se comunicando, foi a escolha para realizar tais críticas, já que o fantástico é definido em relação ao real e com o imaginário e causa, no leitor, uma inquietação física (medo e variantes).

Dito de outra forma, o autor de “Incidente em Antares” utilizou-se de muitos traços do fantástico, desde a crítica implícita, o jogo verbal de palavras até a intervenção dos seres sobrenaturais para obter sua credibilidade. Para Todorov (1975), o realismo fantástico possui a função social de nos fazer duvidar de que acontecimentos sobrenaturais não passam de pretextos.

O motivo pelo qual Erico possa ter escolhido o realismo fantástico talvez tenha sido a seleção de uma arma de combate contra as formas de censura para poder tratar de temas tabus sem ser penalizado pela crítica explícita na obra. Conforme Bordini (2006), “Incidente”, não trata a ditadura no Brasil, diretamente, mas a trata por meio do realismo fantástico, o que também permitiu que fosse publicada em plena ditadura militar.

REFERÊNCIAS

BORDINI, Maria da Glória. In: Verissimo, Erico. **Incidente em Antares**. Porto Alegre: Companhia de Bolso, segunda reimpressão, 2006.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Erico Verissimo: Realismo e Sociedade**. Porto Alegre: Globo, 1976.

CHAVES, Flávio loureiro. **Erico Verissimo, o escritor e seu tempo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

CHIAMPI, Irleamar. **O Realismo Maravilhoso**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura Militar**. São Paulo: Moderna Ltda., 2001.

GUISONI, Divo. **Livro Negro da Ditadura Militar**. São Paulo: Anita; Fundação Maurício Grabois, 2014.

HABERT, Nadine. **A Década de 70. O Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática S.A., 1992.

LOPES, Tania Mara Antonietti. Realismo mágico: uma problematização do conceito. **Vocábulo, Revista de Letras e Linguagens Midiáticas**, v. 5, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<http://www.baraodemaua.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

MACHADO, Glacy Magda de Souza. **O efeito real em Incidente em Antares de Erico Verissimo: Literatura e história**. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SILVA, Márcia Ivana Lima e. O fantástico e a censura: Incidente em Antares de Erico Verissimo. **Organon (UFRGS)**, v. 19, p. 187-204, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/JfxTgz>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

TODOROV, Tzveten. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva S.A.,1975.

VERISSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Editora Globo, 1970.

